

**Hegel e o**

**progresso**

**histórico**

# Hegel e o progresso histórico

Gabriel Rodrigues da Silva  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

**RESUMO:** Este artigo visa apresentar e analisar a concepção de progresso histórico elaborada pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) em sua obra *Lições sobre a Filosofia da História*, publicada postumamente em 1837. Para isso, a exposição do artigo seguirá, principalmente, o terceiro capítulo da obra mencionada – denominado “O Curso da História Universal” –, acompanhando, detalhadamente, a argumentação do filósofo. A conclusão do artigo destaca o progresso histórico hegeliano compreendido enquanto um fim infinito, baseando-se, principalmente, na obra *Does History Make Sense?* (2017), de Terry Pinkard. Além disso, compara-se a compreensão hegeliana do progresso histórico com as compreensões linear e cíclica da história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegel; filosofia da história; progresso; história

## INTRODUÇÃO

A obra *Lições sobre a Filosofia da História* (*Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*), publicada pela primeira vez em 1837, seis anos após a morte de seu autor, pode ser dividida em duas partes. A primeira delas é a “Introdução”, que é constituída por cinco capítulos: (i) “Os Tipos de tratamento da história” (“Die Behandlungsarten der Geschichte”), (ii) “Determinação do espírito na história universal” (“Bestimmung des Geistes in der Weltgeschichte”), (iii) “O Curso da história universal” (“Der Gang der Weltgeschichte”), (iv) “Fundamento geográfico da história universal” (“Geographische Grundlage der Weltgeschichte”) e (v) “Divisão da história universal” (“Einteilung”). Nesta primeira parte, Hegel expõe conceitos-chave da obra, como história (*Geschichte*), liberdade (*Freiheit*), astúcia da razão (*List der Vernunft*), Estado (*Staat*) e progresso (*Fortschritt*).

Já a segunda parte da obra caracteriza-se, principalmente, por aplicar os conceitos, que foram expostos e fundamentados na “Introdução”, em diversas etapas e épocas históricas já conhecidas. Deste modo, Hegel pretende explicitar o desenvolvimento de cada um dos conceitos ao longo do processo histórico. Para isso, o filósofo divide a história em quatro mundos: (i) o mundo oriental; (ii) o mundo grego; (iii) o mundo romano;

e (iv) o mundo germânico. Sendo assim, Hegel aborda a concepção dos conceitos conforme a compreensão de cada um destes mundos – isto é, no mundo oriental, por exemplo, o filósofo apresenta a compreensão de liberdade e de Estado nas antigas China, Índia e Pérsia, já no mundo grego, o filósofo apresenta a compreensão de liberdade e de Estado de acordo com o desenvolvimento da Grécia antiga, e assim por diante, perpassando diversas épocas históricas até chegar na modernidade, época na qual o filósofo se encontrava.

Levando em consideração a divisão da obra que foi estabelecida nos parágrafos acima, o artigo seguirá a exposição do conceito de progresso histórico conforme apresentado na “Introdução” de *Lições sobre a Filosofia da História*. Pois, o objetivo do artigo é apresentar as características conceituais do progresso histórico hegeliano, e não em compreendê-lo quando recortado em algum momento histórico específico. Ou seja, não queremos compreender a liberdade no Estado romano, por exemplo, mas sim como podemos entender o desenvolvimento da consciência de liberdade e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos Estados que existiram ao longo da história – por esta razão, faço uso da expressão “progresso histórico”.

Para isso, o enfoque do artigo será no terceiro capítulo da obra – “O Curso da história universal” –, pois é ao longo dele que Hegel aborda o conceito de desenvolvimento (*Entwicklung*) de modo mais completo, expondo seus desdobramentos na sua filosofia da história. Tal capítulo, por sua vez, é dividido em três subcapítulos, os quais são: (i) “O princípio do desenvolvimento” (“Das Prinzip der Entwicklung”), (ii) “O início da história” (“Der Anfang der Geschichte”) e (iii) “O curso da história e do desenvolvimento histórico” (“Die Art des Ganges der Geschichte”).

Com intuito de facilitar a compreensão dos leitores, esta mesma divisão, utilizada pelo filósofo, será adotada como base para auxiliar na

estruturação e na organização do artigo. Sendo assim, o artigo é composto por cinco seções, as quais são: (i) “Introdução”, (ii) “O princípio do desenvolvimento”, (iii) “O Início da história”, (iv) “O Curso da história”; e (v) “Considerações finais”.

Nesta seção na qual estamos, aspectos gerais sobre a obra analisada, sobre o artigo e sobre a sua estrutura são apresentados. A segunda seção aborda, principalmente, a distinção que o filósofo faz entre a história e a natureza. Visando, com isso, expor a diferença entre as transformações que ocorrem no campo histórico e as transformações que ocorrem no campo natural. A terceira expõe a posição do filósofo sobre como devemos entender o início da história e, além disso, aborda, também, a crítica que Hegel faz a algumas das interpretações sobre qual é o início da história. Na quarta seção, é apresentado como, de acordo com o filósofo, podemos observar e compreender o progresso ao longo do curso da história universal. A última seção, de caráter conclusivo, retoma, de modo geral, o conteúdo abordado ao longo do artigo, problematizando-o, e, além disso, enfoca a concepção do progresso entendido como um fim infinito – utilizando, principalmente, a proposta defendida por Terry Pinkard em seu livro *Does History Make Sense?* (2017).

## **O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO**

No primeiro subcapítulo, o filósofo inicia sua argumentação comparando as alterações e as mudanças que acontecem no âmbito da natureza e as que acontecem no âmbito do Espírito (*Geist*). Hegel afirma que a natureza, apesar da diversa infinidade de alterações e transformações polimórficas que ocorrem em suas estruturas, é apenas um ciclo repetitivo e até mesmo monótono, onde o que foi é o que será, e o que acontece é o que há de acontecer, onde não há “nada de novo sob o sol” (HEGEL, 2008, p. 53).

Porém, de acordo com o filósofo, no campo espiritual não ocorre o mesmo. Ou seja, no processo de desenvolvimento do Espírito, no qual existem o autoconhecimento e a autocriação constantes, surge o novo (*Neues*) e, portanto, há aquilo que podemos chamar de “progresso” (*Fortgang*)<sup>1</sup>.

É importante ressaltar que, de acordo com a filosofia hegeliana, a história situa-se no campo espiritual, pois, a história é sempre história da humanidade, isto é, história humana e, portanto, história do Espírito<sup>2</sup>. Visto que, mesmo com a existência de uma história do planeta Terra, por exemplo, relatando a evolução dos diversos aspectos biológicos, químicos, físicos e geográficos que existiram e que existem, tal história é elaborada pela espécie humana e, além disso, ela só possui significado para nós. Outros animais, uma coruja, por exemplo, não se interessa pela história das corujas e, segundo a filosofia hegeliana, nem ao menos possui a compreensão histórica. Explica Collingwood (1986, p. 186):

Em primeiro lugar, Hegel recusa-se a aproximar-se da história pelo caminho da natureza. Insiste no facto, de que natureza e história são coisas diferentes. Cada uma delas é um processo ou uma acumulação de processos. Simplesmente, os processos da natureza não são históricos: a natureza não tem história. Os processos da natureza são cíclicos. A natureza anda sempre à volta, não se construindo ou formando nada, através da repetição de tais revoluções. Cada aurora, cada Primavera, cada maré enchente é semelhante à anterior; a lei que rege o ciclo não se modifica, à medida que o ciclo se repete. (...) A história, pelo contrário, nunca se repete; os seus movimentos não descrevem círculos mas espirais e as repetições são aparentes, pois diferenciam-se sempre por algo novo que foi adquirido. As guerras, por exemplo, reaparecem de tempos e tempos na história; mas cada nova guerra é, sob certos aspectos, um novo tipo de guerra, devido aos ensinamentos extraídos da última, pelos seres humanos.

1. É importante ressaltar que o termo “Fortgang”, que é usado por Hegel, não significa simplesmente melhora ou avanço, mas também progressão, no sentido de desenvolvimento e processo. Cf. (HODGSON, 2012, p. 50).

2. Cf. (HEGEL, 2008, p. 23).

Todavia, antes de continuarmos, é preciso abrir um parêntese. Um conceito que é muito utilizado na filosofia hegeliana da história e, portanto, deve ser esclarecido, facilitando assim a compreensão dos leitores, é o conceito de Espírito, apesar do filósofo não tratar estritamente deste conceito em sua *Lições sobre a Filosofia da História*. Pois ele pressupõe que este já seja conhecido previamente, isto é, através da leitura de suas obras anteriores, principalmente, através da leitura da *Filosofia do Espírito*, que constitui o terceiro volume da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (*Enzyklopädie der Philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*), e também utilizá-lo em diferentes momentos com distintos significados<sup>3</sup>. Aqui entendemos o conceito de Espírito do seguinte modo:

E quanto a “espírito”? O significado deste famoso termo hegeliano só se torna evidente no decorrer da exposição de Hegel, mas aqui devemos dizer algo à guisa de introdução. Espírito ou Geist é o termo de Hegel para razão autoconsciente, para as relações de sentido social e culturalmente articuladas, ou formas compartilhadas de intersubjetividade social e cultural. Espírito refere-se a formas de “mentalidade” coletiva abrangendo não só a autoconsciência individual, mas também formas de conhecimento e sentido compartilhado em uma cultura, representações sensuais, representações simbólicas na religião, a compreensão conceitual na filosofia. Ao mesmo tempo, espírito designa as instituições sociais e políticas como encarnações “objetivas” das normas racionais de conhecimento e prática compartilhadas que definem as comunidades humanas. Tomadas em conjunto, estas formas institucionalmente encarnadas de sentido compartilhado e conhecimento situado compreendem o espírito histórico e a autocompreensão de uma comunidade humana organizada racionalmente. (SINNERBRINK, 2017, p. 34)

Na natureza, de acordo com Hegel, os objetos possuem caráter único e estável. Diferentemente, a determinação humana possui “um impulso de

3. Cf. (INWOOD, 1992, p. 275).

*perfectibilidade*” (HEGEL, 2008, p. 53, grifo do autor) que possibilita uma capacidade real de transformação (*Wirkliche Veränderungsfähigkeit*). Conforme é exposto pelo filósofo no início da obra, o progresso que ocorre na história dirige-se à realização da liberdade – isto é, “a história é o progresso na consciência da liberdade” (HEGEL, 2008, p. 25, grifo do autor) – e, portanto, a liberdade tem a história universal como o palco de seu percurso, onde ela busca incessantemente sua efetivação que, por sua vez, ocorrerá, de forma completa, com a realização do Estado.

Nesse sentido, podemos compreender a história não simplesmente como um avanço linear e constantemente progressivo para o melhor (*Besseren*), mas uma luta contínua pela liberdade humana. Conforme esclarece Hodgson (2012, p. 54, tradução nossa):

Dada a realidade do processo histórico, com a ascensão e inevitável declínio das culturas (...) é melhor dizer que a história ilustra não apenas um avanço, mas uma luta perpétua pela liberdade humana. É uma série de tentativas nobres e fracassos trágicos; às vezes o progresso ocorre, às vezes declina. Hegel parece frequentemente próximo a aceitar a visão de que várias culturas progrediram em direção a um estado ideal, cada uma com seus próprios triunfos e tragédias, mas sem o progresso acumulativo.<sup>4</sup>

O “princípio da *evolução*”<sup>5</sup>, como denomina Hegel (2008, p. 53, grifo do autor), é uma determinação interior, que se encontra no Espírito e que luta para se realizar. O que observamos na história universal é a luta por sua realização. Segundo o filósofo, “a substância, a essência do Espírito, é a liberdade” (HEGEL, 2008, p. 23) e, portanto, é por ela e através dela que o

4. “Given the reality of the historical process, with the rise and inevitable decline of cultures (...) is better to say that history illustrates not simply an advance but a perpetual struggle over human freedom. It is a series of noble attempts and tragic failures; sometimes progress occurs, sometimes decline. Hegel often seems close to accepting the view that multiple cultures have progressed toward an ideal state, each with its own triumphs and tragedies, but with no cumulative progress” (HODGSON, 2012, p. 54).

5. A palavra em alemão utilizada por Hegel é “Entwicklung”. Em alguns dicionários alemão-português, esta expressão é traduzida por “desenvolvimento” ou “desenvolver”.



Espírito está constantemente se transformando.

De acordo com Hegel, na história universal, o Espírito “não se sujeita ao vaivém do jogo exterior das contingências; antes, é o determinante absoluto, impassível ante as contingências, que domina e emprega em seu proveito” (HEGEL, 2008, p. 53). No Espírito, a passagem de sua determinação interior, isto é, do seu princípio, para a sua efetivação ocorre através da consciência (*Bewußtsein*) e da vontade (*Willen*), que estão, inicialmente, inseridas na vida natural imediata. Desse modo, a evolução não se sucede de forma impassível, calma e inocente, mas sim irrompe através do “trabalho duro e ingrato contra si mesmo” (HEGEL, 2008, p. 54).

Todavia, a respeito da evolução, ou do progresso, Hegel ressalta que é preciso avaliar esses avanços de modo imparcial, segundo pontos de vista indeterminados. Desse modo, quando estudamos a história universal podemos nos deparar, por exemplo, com um grande período histórico que ocorreu e que, aparentemente, não trouxe nenhum progresso ou desenvolvimento consigo e, ao invés disso, pode parecer-nos que ele apenas causou a destruição da cultura que lhe era antecedente e que, portanto, deveria ser considerado como um regresso. Mas, contrariamente, houve também grandes períodos históricos que surgiram, floresceram e desenvolveram uma cultura imensa, rica e original. Segundo Hegel:

A concepção puramente formal da evolução não pode atribuir predileção a um desses aspectos em detrimento de outros, nem tornar compreensível a finalidade dessa ruína de períodos anteriores da evolução; antes, deve considerar tais processos – particularmente sua regressão – como contingências exteriores, e julgar os avanços de acordo com pontos de vista indeterminados, os quais, precisamente por causa dessa concepção de que a evolução como tal é a única coisa que importa, são fins relativos e não absolutos. (HEGEL, 2008, p. 54)

Desse modo, a história universal é “a *marcha gradual* da evolução do princípio cujo *conteúdo* é a consciência da liberdade”<sup>6</sup> (HEGEL, 2008, p. 55, grifo do autor). Hegel distingue a marcha gradual do Espírito à sua consciência em três distintos estágios. O primeiro deles é a imersão do Espírito no natural. O segundo estágio é o Espírito avançando rumo a sua consciência de liberdade. Porém, ainda de forma imperfeita, incompleta e parcial – já que o Espírito ainda se relaciona com o âmbito natural e por ele é influenciado. Já o terceiro estágio consiste na elevação efetiva da liberdade particular para a liberdade que é pura universalidade e consciente de si.

Mas, segundo Hegel, a exposição mais precisa e detalhada destes estágios que formam o percurso da marcha gradual e da evolução da consciência da liberdade – que o Espírito conquista e possui – encontra-se em sua filosofia do Espírito. Cada um destes estágios, de acordo com Hegel, é fundamental para composição do processo geral de evolução e desenvolvimento abordados aqui. E cada um deles “apresenta interiormente um processo de formação e uma dialética de evolução” (HEGEL, 2008, p. 55) que lhe é própria.

Conforme os estágios mencionados, o Espírito, afirma Hegel, começa apenas com sua possibilidade infinita, na qual contém a sua forma ainda não desenvolvida, como um fim, um objetivo, uma meta que só será alcançada em sua concretização na realidade. Esta meta, como já foi esclarecido, é a consecução da liberdade. Assim, o progresso aparece como uma progressão (*Fortschreiten*) do imperfeito (*Unvollkommen*) para o mais perfeito (*Vollkommenste*). Pois, nesse primeiro estágio, o Espírito está em discordância consigo mesmo. Desse modo, a possibilidade, que se encontra no Espírito, aponta, ao menos reflexivamente, para aquilo que está

6. As palavras em alemão utilizadas por Hegel são “Stufengang” e “Gehalt”. Em alguns dicionários alemão-português, a expressão “Stufengang” é traduzida por “transição gradual”.

destinado a se efetivar. E, sendo assim, a imperfeição é entendida como o contrário de si – isto é, como contrário do perfeito que está latente enquanto potência – e, portanto, ela é uma contradição que existe, mas que se auto estimula a ser superada e resolvida. Ela é, conforme esclarece Hegel, “o instinto, o impulso da vida espiritual para romper o invólucro da mera natureza, dos sentidos e de tudo que é alheio a ela, para chegar à luz da consciência, isto é, de si mesma” (HEGEL, 2008, p. 55).

## O INÍCIO DA HISTÓRIA

No segundo subcapítulo, Hegel inicia sua argumentação se mostrando contrário à representação da existência de um estado primitivo natural, no qual a liberdade, o direito e a justiça, suspostamente, existiram *perfeitamente*.

De acordo com ele, esta é uma suposição feita segundo uma reflexão hipotética (*Hypothesierenden Reflexion*) e, portanto, não pode ser considerada como uma informação válida para estabelecer qual é o início da história. Mas, ao contrário, segundo o filósofo, o estado natural é um local de selvageria, violência e injustiça. Pois, a liberdade, o direito e a justiça são conquistados por meio da mediação da formação (*Bildung*) e da educação que, por sua vez, ocorre através da formação da sociedade e do Estado.<sup>8</sup>

Uma segunda hipótese sobre o começo da história – diferente da primeira, mas ainda assim, amplamente divulgada, segundo Hegel, em sua própria época – aborda a condição primitiva do homem no paraíso. De acordo com o filósofo, esta ideia, que foi desenvolvida primeiramente pelos teólogos, foi adaptada conforme as especificidades e utilizada por diversas

7. Isto é abordado por Hegel no segundo capítulo da Lições sobre a Filosofia da História – nomeado de “Determinação do Espírito na História Universal” – e, mais precisamente, no subcapítulo “A forma desta realização” (“Die Gestalt dieser Realisierung”).

8. Cf. (HEGEL, 2008, p.41)

religiões. Tal hipótese é descrita especialmente pela narração bíblica e pelos mitos da criação, que estabeleceram, através das suas narrativas, uma condição original de existência humana, onde prevalecia a “bela inocência e o puro conhecimento” (HODGSON, 2012, p. 49) de Deus e da natureza – conhecimento que, pouco a pouco, segundo esta hipótese, foi sendo perdido e distorcido.

Todavia, de acordo com Hegel, o pensamento filosófico – neste caso, a filosofia da história – não deve considerar estas pressuposições mencionadas acima, pois elas não possuem qualquer validade histórica. Para o autor, ambas as hipóteses não legitimam que estas situações históricas realmente tenham existido<sup>9</sup>. Mas, ao invés disso, segundo o filósofo, devemos compreender a história a partir do momento em que a racionalidade (*Vernünftigkeit*) entra na existência mundial – isto é, no momento em que a razão não é mera possibilidade, mas sim quando ela está presente na consciência, na vontade e nas ações humanas<sup>10</sup>.

Para Hegel, nas situações descritas por ambas as hipóteses – (i) o estado primitivo natural; e (ii) a condição primitiva do homem no paraíso – a racionalidade encontra-se ainda em si, isto é, apenas como uma possibilidade, mas ainda não realizada. Desse modo, há, como afirma o filósofo, uma “existência inorgânica do Espírito e da liberdade, isto é, a apatia inconsciente do bem e do mal – e, portanto, das leis” (HEGEL, 2008, p. 57), e isso não pode ser considerado como o objeto da história filosófica. Conforme esclarece Hegel:

A moralidade, ao mesmo tempo natural e religiosa, é a piedade familiar. Nessa relação social, a moralidade consiste precisamente em que seus membros se comportem, uns em relação aos outros, não como indivíduos de

9. Cf. (HEGEL, 2008, p.41)

10. Cf. (HODGSON, 2012, 50).

vontade livre, não como pessoas. Eis porque a família em si exclui-se dessa evolução, que só a história produz. Porém, se a unidade espiritual sai dessa esfera do sentimento e do amor natural e alcança a consciência da personalidade, então se cria esse centro obscuro e indiferente, onde nem a natureza nem o espírito são abertos e transparentes. Natureza e espírito não podem se tornar transparentes e abertos senão mediante o labor de uma formação, que em época bem afastada cumprirá aquela vontade tornada consciente. Com efeito, só a consciência é manifesta. Aquilo que Deus ou qualquer outra coisa pode revelar na sua verdade e, a rigor, na sua universalidade nada pode revelar senão à consciência perceptiva. A liberdade consiste somente no saber e querer objetos universais, substanciais, como o direito e a lei, produzindo uma realidade que lhes é conforme: o Estado. (HEGEL, 2008, p. 57)

Portanto, conforme evidencia o trecho acima, fica claro que Hegel desconsidera, em sua história filosófica, os povos que existiram e persistiram sem a realização de um Estado e de uma organização racional e, assim, ele afasta de sua filosofia da história as populações consideradas pré-históricas (*Vorgeschichte*). Pois, para Hegel, estas populações praticamente não produziram registros históricos e, desse modo, um estudo detalhado sobre elas se mostraria, na maioria dos casos, como apenas uma reflexão hipotética. Por este motivo, Hegel inicia sua análise histórica filosófica – na segunda parte da *Lições sobre a Filosofia da História* – com a China, pois, segundo Hegel, esta já possuía um Estado e uma organização racional e, sendo assim, poderia ser estudada e avaliada de acordo com os seus registros históricos que foram preservados<sup>11</sup>.

Todavia, por outro lado, as populações pré-históricas, de acordo com Hegel, possuem um papel importante na história – principalmente, para o “começo” da história –, pois, durante um longo período, elas se orga-

11. Cf. (HEGEL, 2008, p. 101).

nizaram, gradualmente, em unidades sociais, sustentaram-se através da caça e da coleta, lutaram por territórios e desenvolveram práticas sociais primitivas<sup>12</sup>. Sendo assim, estas populações despertaram o lado espiritual que reside na espécie humana e, portanto, elas iniciaram um processo de distanciamento da natureza, na qual o homem encontrava-se imerso. Porém, para o filósofo, estas populações não viviam, como queriam os defensores das hipóteses apresentadas nos parágrafos anteriores – isto é, em uma época de puro conhecimento, liberdade e justiça. Mas, ao contrário, os povos pré-históricos esforçaram-se para romperem-se do “invólucro da mera natureza” (HEGEL, 2008, p. 55).

## O CURSO DA HISTÓRIA

Após abordar e delimitar o que é a pré-história e o que é a história, estabelecendo até onde alcança a primeira e onde inicia a segunda, Hegel atenta-se ao curso da história e o seu desenvolvimento.

Conforme já foi apresentado, a história universal representa a evolução da consciência do Espírito em relação à sua liberdade – isto é, “*a história universal é o progresso na consciência da liberdade*” (HEGEL, 2008, p. 25, grifo do autor) – e, conseqüentemente, também a busca da sua efetivação. Segundo Hegel, a evolução deve ser entendida como uma

(...) gradação crescente, uma série de determinações mais amplas da liberdade que decorrem do conceito do objeto: a natureza lógica e, principalmente, dialética do conceito que se autodetermina, que cria determinações e as supera, e, mediante essa superação, ganha uma característica afirmativa, até mesmo mais rica e mais concreta (HEGEL, 2008, p. 60)

12. Cf. (HODGSON, 2012, p. 49).

Porém, Hegel salienta que as determinações conceituais e abstratas dessas sequências são tratadas detalhadamente no âmbito de sua lógica. Contudo, nas *Lições sobre a Filosofia da História*, nós devemos, segundo o filósofo, considerar que cada nível (*Stufe*)<sup>13</sup> dessa série de determinações é diverso dos outros, sendo único e característico. Na história, cada um dos níveis é representado pela determinação particular de um povo – ou, como denomina Hegel, a determinação do Espírito do povo (*Volksgeist*). É nesta determinação em que se encontram todas as características da realidade (*Wirklichkeit*), da consciência (*Bewußtsein*) e do querer (*Wollen*) do povo. Conforme esclarece o filósofo:

É na história que uma nação encontra o cunho comum de sua religião, de sua constituição política, de sua moralidade objetiva, de seu sistema jurídico, de seus costumes e também de sua ciência, arte e habilidade técnica. (HEGEL, 2008, p. 61)

Assim, as particularidades que cada povo possui – sua religião, sua constituição política, sua moralidade, suas leis e seu sistema jurídico, seus hábitos e costumes, sua ciência, arte e filosofia, e até mesmo seus aspectos geográficos, como o solo, o clima, a vegetação<sup>14</sup> – devem ser estudadas, pois, só através destas particularidades que nós conseguiremos compreender o Espírito dos povos e, desse modo, compreenderemos os estágios do curso da história universal. Nas palavras de Hegel (2008, p. 66, grifo do autor):

13. A palavra “*Stufe*”, que é utilizada por Hegel, em alguns dicionários alemão-português, é traduzida por “etapa” ou “estágio”.

14. Cf. o quarto capítulo da Introdução da *Lições sobre a Filosofia da História*, denominado de “Fundamento Geográfico da História Universal”.

É o espírito concreto de um povo que devemos saber reconhecer com precisão – e, por ele ser espírito, só espiritualmente, ou seja, pelo pensamento, ele poderá ser apreendido. É somente ele que se manifesta em todas as ações e tendências de tal povo, ocupando em efetuar a sua própria realização, em satisfazer o seu ideal e em se tornar autoconsciente, porque o objetivo do espírito é a produção de si mesmo – assim como a sua maior realização é o autoconhecimento, alcançando não somente a intuição, mas também o pensamento, o claro conceito de si próprio.

De acordo com a compreensão histórica – conforme avançamos no estudo dos diversos povos, das suas correlações e dos seus Estados – poderemos observar tanto o surgimento de novos povos, quanto a dissolução de antigos. Dessa forma, segundo o filósofo, fica evidente as mudanças e as transformações (*Veränderungen*)<sup>15</sup> que ocorrem no campo da história universal e, sendo assim, podemos afirmar que diferentes épocas estão continuamente nascendo e perecendo. Conforme esclarece Dudley (2018, p. 250-251):

O argumento de Hegel é que as condições sociais e políticas que nos esforçamos para produzir, e nas quais nos sentimos em casa, dependem dos detalhes do nosso autoentendimento: esforçamo-nos para produzir as condições sociais e políticas que consideramos as mais apropriadas a seres como nós, e assim nosso entendimento teórico do tipo de seres que somos desempenha um papel crucial na determinação da direção de nossos empreendimentos práticos. E somos, de forma mais básica, livres. Mas dizer isso não é dizer muito, e assim, como enfatiza Hegel (...) tudo depende de como exatamente entendemos nossa liberdade: as pessoas com entendimentos diferentes da liberdade desenvolvem arranjos sociais e políticos muitos distintos.

15. 15 A palavra “*Veränderungen*”, que é utilizada por Hegel (HEGEL, 1970, p. 74), em alguns dicionários alemão-é traduzida por “mudança”.



O que Hegel parece enfatizar é o caráter da novidade que há na história. Ou seja, as alterações reais que ocorrem no campo espiritual. Conforme esclarece o filósofo: “A ideia geral, a categoria que imediatamente surge nessa mudança inquieta de indivíduos e povos, que existem durante um tempo e depois desaparecem, é a da transformação em geral” (HEGEL, 2008, p. 67). Para o autor, a transformação possui caráter contraditório. Ou seja, ao mesmo tempo que ela implica a dissolução, também implica a formação – isto é, ela destrói, mas, concomitantemente, cria. O exemplo utilizado pelo filósofo é a Fênix que, segundo ele, incessantemente se consome e se cria, a partir de si mesma, queimando-se, para depois renascer rejuvenescida de suas próprias cinzas. Nas palavras de Hegel:

O espírito que devora o envoltório de sua existência não somente ressuscita, rejuvenescido das cinzas de sua forma anterior, mas se desprende dela, superior, transfigurado, mais puro. Ergue-se, sem dúvida, contra si mesmo, consome a sua própria existência, mas, ao destruí-la, ele a transforma. E o que constitui sua cultura torna-se a matéria a partir da qual o seu trabalho o elevará a uma nova forma. (HEGEL, 2008, p. 67-68)

As mudanças do Espírito, como observa Hegel na citação acima, não são apenas mudanças rejuvenescedoras, nas quais aquele repetidamente permaneceria sempre o mesmo. Mas, ao invés disso, são processos (*Verarbeitungen*) nos quais ele elabora a si próprio. Sendo que, logo após cada uma de suas elaborações, ele as confronta para que, desse modo, opere outra nova elaboração. Sendo assim, para o filósofo, a história universal é entendida como a exteriorização do Espírito ao longo do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que Hegel, na medida em que estabelece um progresso – “*a história universal é o progresso na consciência da liberdade*” (HEGEL, 2008, p. 25, grifo do autor) –, precisa, também, estabelecer um conteúdo que estará progredindo que, no caso, é a consciência da liberdade. Desse modo, há um parâmetro que possibilita avaliar se algo está progredindo ou não. Ou seja, podemos comparar diversos povos históricos e a respectiva consciência da liberdade que cada um deles possui ou possuiu e, além disso, podemos analisar a configuração de seus Estados – sua formação familiar, social, política, econômica etc. O clássico exemplo, fornecido por Hegel, é o seguinte:

Os orientais ainda não sabem que o espírito, ou o homem como tal, é livre em si mesmo; e porque não o sabem, eles não o são. Eles sabem apenas que só um ser humano é livre, mas por isso mesmo tal liberdade é apenas arbitrariedade, barbárie e embrutecimento reprimidos, ou suavidade da paixão, mansidão dessa mesma paixão, que é apenas contingência da natureza ou capricho. Esse único é, conseqüentemente, um déspota, e não um homem livre. Só entre os gregos é que surgiu a consciência da liberdade e, por isso eles foram livres; mas eles, bem como os romanos, sabiam somente que alguns eram livres, e não o homem como tal. Nem mesmo Platão ou Aristóteles o sabiam. Destarte, os gregos não apenas tiveram escravos, como suas vidas e a existência de sua agradável liberdade estavam ligadas a isso. Além disso, sua liberdade em parte não era senão uma flor ocasional, passageira e limitada, e em parte a cruel servidão do homem, do ser humano. Só as nações germânicas, no cristianismo, tomaram consciência de que o homem é livre como homem, que a liberdade do espírito constitui a sua natureza mais intrínseca. (HEGEL, 2008, p. 24, grifo do autor)

Após isso, é preciso determinar qual é o percurso que a consciência

faz ao longo da história – percurso pelo qual o Espírito conhece a si mesmo e, conseqüentemente, progride na consciência da sua liberdade. É certo que a filosofia da história hegeliana não se encaixa em uma concepção linear da história e, menos ainda, em uma concepção circular, ou cíclica, da história. Pois, na primeira concepção – concepção linear da história – o progresso seria necessário e, desse modo, seria algo dado e, portanto, não precisaria da ação e do querer humano para ser efetivado, pois, ele ocorreria de qualquer maneira, sendo independente de escolhas e ações humanas.

Já na segunda concepção – concepção cíclica da história –, o progresso seria meramente ilusório, pois, a história e, conseqüentemente, a consciência da liberdade não estariam realmente progredindo, mas somente retornando a um estágio que já ocorreu anteriormente, seria apenas uma mudança polimórfica – assim como as mudanças que ocorrem no âmbito natural, conforme abordado na segunda seção deste artigo. Todavia, segundo Hegel, o Espírito produz o novo e, portanto, a história possui o caráter de sempre trazer uma novidade consigo<sup>16</sup>.

Desse modo, surge um problema para a filosofia da história de Hegel, pois, é preciso compreender o processo da história – progresso que o Espírito faz quando está conscientizando-se sobre si mesmo – de uma forma que ele não seja estritamente necessário – isto é, não seja linear –, mas, também, não seja um “falso progresso”, isto é, não seja cíclico.

Aqui, pretendemos, assim como denomina Pinkard, fazer um comentário hegeliano sobre a obra de Hegel<sup>17</sup>. Ou seja, buscamos esclarecer algumas questões sobre a filosofia da história hegeliana – que, em determinados casos, não são facilmente entendidas – segundo compreensões hegelianas. Nesse sentido, buscando responder o problema surgido, aca-

16. Cf. (HEGEL, 2008, p. 53).

17. Cf. (PINKARD, 2017, p. 4).

ba-se entendendo o progresso histórico hegeliano como um permanente fazer-se e refazer-se, um processo no qual o Espírito está constantemente se reformulando e se criando, sempre partindo de si mesmo como material – assim como foi visto no exemplo da Fênix, fornecido por Hegel e exposto na quarta seção deste artigo. De acordo com Pinkard:

Isto é o mesmo que perguntar se existe um propósito, um fim – Zweck – para essas várias ordens de pensamento, de modo que se houvesse tal fim, eles poderiam ser avaliados em termos de quão bem eles manifestam esse fim e quão bem eles incorporam isso. Além disso, se houver tal fim, seria um fim “infinito”. Um fim finito é aquele que pode ser alcançado fazendo algo específico. Todos os desejos comuns são sobre fins finitos. Pode-se querer ver um certo filme, e quando alguém o viu, o fim vai embora. Pode-se querer um copo de água porque a pessoa está com sede e, depois de tomar a bebida, a pessoa que quer um copo de água vai embora. Extremidades finitas podem surgir de novo e de novo, e pode haver, em princípio, um número infinito delas, com os limites sendo estabelecidos apenas pelos limites contingentes da vida humana. (Pode-se querer mais bens de consumo do que o vizinho, ele pode querer mais do que você, e a lista crescerá em princípio até o infinito. Um está com sede, bebe e já não está com sede, e então fica com sede novamente). O fim infinito, por outro lado, não seria algo que possa ser alcançado em qualquer ação, mas que só pode ser manifestado por várias ações. (Felicidade, em algo como a concepção que Aristóteles faz dela, pode ser um desses infinitos fins, de tal forma que muitas ações diferentes podem ser manifestações disso). O fim de beber um copo de água, por outro lado, é totalmente esgotado por beber o copo de água. Extremidades finitas podem simplesmente somar, mas fins infinitos nunca são esgotados pelas ações que os manifestam. Fins finitos - como beber a água - expiram, mas fins infinitos não têm limite intrínseco. Eles exigem uma atividade de manutenção contínua para que sejam eficazes. A justiça, por exemplo, não é algo que uma empresa coletiva possa estabelecer e, então, assinalar a lista de coisas que ainda precisam ser feitas. Deve ser realizado repetidamente. Um fim infinito não tem limite no qual finalmente foi realizado. Compreende-se um fim tão infinito, não quando se somam todas as ações que o manifestam, mas quando se compreende o princípio que está em ação no modo como essas ações o manifestam. Para reverter um pouco mais a terminologia própria de Hegel: na ação humana dirigida em

termos de uma “Ideia” – como uma compreensão abrangente de como nossos “conceitos” e “objetividade” trabalham juntos – um conceito “infinito” pode ser realizado em ações finitas (como quando se age justamente ou virtuosamente). A concepção do que, em última análise, significa levar uma vida humana é um fim infinito. (PINKARD, 2017, p. 41-42, tradução nossa)<sup>18</sup>

Assim, o progresso, quando entendido como um fim infinito, conforme exposto por Pinkard, parece mais condizente com a afirmação de Hegel – “*a história é o progresso na consciência da liberdade*” (HEGEL, 2008, p. 25, grifo do autor). Pois, caso o progresso fosse compreendido como um fim finito, concluiríamos disso, que o Espírito, em certo momento, estagnaria, pois, ele completaria sua máxima consciência da liberdade e, após isso, não seria preciso fazer nada mais, pois, se assim fosse, a nossa liberdade já estaria assegurada e, desse modo, haveria o fim da história. Mas, contrariamente, se a história envolve um fim infinito, então ela somente acabaria quando não houvessem mais pessoas (PINKARD, 2017), pois, des-

---

18. “This is the same as asking whether there is a purpose, an end – a Zweck – to these various orders of thoughts, such that if there were such an end, then they could be evaluated in terms of how well they manifest that end and how well they embody it. Moreover, if there is such an end, it would be an ‘infinite’ end. A finite end is one that can be achieved by doing something specific. All ordinary wants are about finite ends. One might want to see a certain movie, and when one has seen it, the end goes away. One might want a drink of water because one is thirsty, and, having had the drink, one’s want for a drink of water goes away. Finite ends can arise again and again, and there can in principle be an infinite number of them, with the limits being set only by the contingent limits of human life. (One might want more consumer goods than one’s neighbor, he might want more than you, and the list would grow in principle to infinity. One is thirsty, drinks, and no longer is thirsty, and then one gets thirsty again). An infinite end, on the other hand, would be not something that can be achieved in any one action but which can only be manifested by various actions. (Happiness, on something like Aristotle’s conception of it, might be one such infinite end, such that many different actions can be manifestations of it.). The end of drinking a glass of water, on the other hand, is fully exhausted by drinking the glass of water. Finite ends may simply add up, but infinite ends are never exhausted by the actions that manifest them. Finite ends – such as drinking the water – expire, but infinite ends have no intrinsic limit. They require a continual sustaining activity for them to be effective. Justice, for example, is not something that a collective enterprise can establish and then tick off the list of things still needing to be done. It must be realized over and over again. An infinite end has no limit at which it has finally been accomplished. One comprehends such an infinite end not when one has added up all the actions that manifest it but when one has comprehended the principle that is at work in the way those actions manifest it. To revert a bit more into Hegel’s own terminology: In human action directed in terms of an ‘Idea’ – as a comprehensive understanding of how our ‘concepts’ and ‘objectivity’ work together – an ‘infinite’ concept can be realized in finite actions (as when one acts justly or virtuously). The conception of what it ultimately means to lead a human life is an infinite end” (PINKARD, 2017, p. 41-42).

te modo, não haveria mais nenhuma consciência – não haveria mais nenhum ser espiritual – que pudesse pensar e, portanto, conhecer e efetivar a liberdade. Explica Sinnerbrink (2017, p. 49, grifo do autor):

Apesar do mito comum (Hegel como o apologista do Estado prussiano), o “fim da história” não significa que os arranjos sociais e políticos da época de Hegel representavam, para ele, o auge da liberdade realizada. O que Hegel tenta articular é a ideia de que a história exibe uma progressão racional, e de que existe uma “meta” ou “fim” discernível em relação ao vasto trabalho da “história mundial”: ou seja, a *realização da Ideia de liberdade*.

A palavra alemã *Zweck*, que é utilizada por Hegel, é traduzida, na maioria dos casos, por “fim”, mas, ela é melhor compreendida como “propósito”, “objetivo” ou “meta”. Assim como a palavra Grega *Télos* que é entendida como “finalidade”<sup>19</sup>.

Desse modo, a consciência da liberdade é compreendida como uma finalidade que é incessantemente buscada e, sendo assim, podem existir momentos históricos posteriores nos quais a consciência da liberdade que um determinado povo possui seja inferior a momentos históricos anteriores. Ou seja, não há uma concepção linear do progresso histórico, pois, ainda que um povo alcance um “alto nível” da consciência de liberdade – seguindo o exemplo de Hegel, que argumentava que o povo germânico, através do cristianismo, compreendeu que todos os indivíduos são essencialmente livres –, isso não significa que as gerações futuras não poderão regressar em sua compreensão e, desse modo, “desconscientizar-se” sobre a liberdade. E sendo assim, poderão surgir questionamentos como: “Todos são realmente livres?” ou, até mesmo, “Todos devem ser livres?”. Pois, de acordo com a filosofia hegeliana, existiram e existem diferentes compre-

---

19. Cf. (INWOOD, 1992, p. 235).

ensões sobre a liberdade. Algumas compreensões são mais abrangentes, completas e racionais e, portanto, são internamente mais coerentes e autossustentáveis. Outras compreensões são mais seletivas, incompletas e menos racionais e, portanto, elas mesmas se mostram, aos poucos, como equivocadas e insustentáveis e, portanto, estimulam sua própria dissolução.

Portanto, dado que a filosofia hegeliana descarta a compreensão do progresso histórico linear, conforme foi abordado nos parágrafos anteriores, resta explicar a distinção entre o progresso entendido como um fim infinito e o “falso progresso” – a história compreendida como um processo cíclico. Pois, poderíamos questionar que, se o processo histórico exhibe tanto progressos quanto regressos – povos e Estados que possuem uma compreensão integral da liberdade, e povos e Estados que possuem uma compreensão parcial da liberdade – e que não há uma ordem pré-estabelecida sobre como e quando eles ocorrerão, a história seria, então, cíclica. E esta é uma questão que a filosofia hegeliana da história também precisa responder.

Sendo assim, para Hegel, a principal diferença que há entre a concepção do progresso como um fim infinito e a concepção da história como um processo cíclico é o caráter de novidade que há na primeira e que não reside na segunda. Pois, conforme já foi abordado, segundo Hegel, no âmbito espiritual – âmbito no qual a história encontra-se – há o surgimento do novo. Um bom modo de exemplificar isso é com a luta das mulheres, principalmente, através do surgimento e do fortalecimento do movimento feminista, pela liberdade. Tal luta exhibe o aparecimento de uma nova característica na história universal. Ou seja, por mais que Hegel afirmasse que o mundo germânico compreendeu a liberdade como a substância do Espírito e, portanto, como a substância dos indivíduos, algumas décadas

à frente da sua afirmação, a história mostrou que alguns destes indivíduos – especialmente, as mulheres – não concordavam que esta liberdade, assim como mencionada pelo filósofo, estava realmente presente em suas vidas. Desse modo, elas trouxeram uma nova perspectiva sobre a liberdade, sobre o seu reconhecimento e, principalmente, sobre a sua efetivação no Estado.

Este simples exemplo, do qual faço uso, serve para mostrar que um filósofo que entende o progresso histórico de modo cíclico, considerará as novidades, como esta exemplificada, como uma simples transformação polimórfica de um debate que já ocorreu anteriormente. Por outro lado, um filósofo que entende o progresso histórico conforme Hegel expõe – como um progresso real, de mudanças qualitativas – compreenderá as novidades históricas, o movimento feminista, por exemplo, como um desenvolvimento espiritual, verdadeiro e novo.

Nesse sentido, podemos observar que a filosofia da história hegeliana e, principalmente, a concepção de Hegel sobre o progresso histórico fornece boas explicações para problemas cruciais do âmbito da filosofia da história, principalmente, quando comparada a concepções clássicas, isto é, a concepção do progresso linear e a concepção da história cíclica.



## REFERÊNCIAS

COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de história*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1986.

DUDLEY, W. *Idealismo alemão*. Tradução de Jacques A. Wainberg. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da história*. Tradução de Maria Rodrigues, Hans Harden. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970.

HODGSON, P. C. *Shapes of freedom: Hegel's philosophy of world history in theological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

INWOOD, M. *A Hegel dictionary*. Oxford: Blackwell, 1992.

PINKARD, T. *Does history make sense? Hegel on the historical shapes of justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017.

SINNERBRINK, R. *Hegelianismo*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2017.